

DOC.06

A

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2018

PROCESSO Nº 59500.001265/2018-74

DECLARAÇÃO CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL** inscrita no CNPJ nº. 28.196.889/0001-43, DECLARA que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido, conforme relação descrita abaixo:

Nome do órgão/empresa	Ano do Contrato	Valor total do contrato
FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	2018	R\$ 6.499,13
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	2018	R\$ 212,40
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA	2018	R\$ 2.388,00
SEC DE ADM E RESOCIALIZAÇÃO DA BA	2018	R\$ 1.394,16
FUND NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	2018	R\$ 22.471,68
MUNICIPIO DE SÃO LUÍS	2018	R\$ 197,76
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2018	R\$ 680,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DEFESA CIVIL	2018	R\$ 7.192,22
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARA	2018	R\$ 1.830,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA SP	2018	R\$ 1.125,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA SP	2018	R\$	192,96
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE LINHARES	2018	R\$	520,80
SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE SUL	2018	R\$	98,64
IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO	2018	R\$	1.740,00
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - ACRE	2018	R\$	234,84
CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DE JALES - CONSIRG	2018	R\$	5.538,94
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE	2018	R\$	613,08
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	2018	R\$	1.425,60
MUNICIPIO DE MATUPA	2018	R\$	494,40
SECRETARIA DA JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2018	R\$	1.117,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIANOPOLIS	2018	R\$	83,87
ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA	2018	R\$	456,00
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$	4.047,36
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA	2018	R\$	2.588,40
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MG	2018	R\$	333,00
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2018	R\$	2.690,40
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$	1.112,64
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	2018	R\$	458,28
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	2018	R\$	21,60
DMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOS DE PORTO ALEGRE	2018	R\$	112,20
FUNDACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	2018	R\$	62,40
DMLU - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA ã€" PORTO ALEGRE	2018	R\$	31,20
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITACAO - PORTO ALEGRE/RS	2018	R\$	44,40
MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	2018	R\$	1.370,40
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL SP	2018	R\$	3.000,00
MUNICIPIO DE IBIRITE	2018	R\$	182,40
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	2018	R\$	1.088,64

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA	2018	R\$	420,00
INSTITUTO SAUDE E CIDADANIA - ISAC UPA TRAPICHE	2018	R\$	2.075,50
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO	2018	R\$	56,48
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$	1.888,00
FUNDACAO DE CULTURA APOIO ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO FUNCEPE	2018	R\$	1.383,44
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM MATO GROSSO	2018	R\$	998,64
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA	2018	R\$	671,88
FUNDACAO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFG	2018	R\$	7.352,16
CAMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM	2018	R\$	1.138,56
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	2018	R\$	362,40
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO	2018	R\$	815,40
INSTITUTO SAUDE E CIDADANIA - ISAC	2018	R\$	2.551,44
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PIAUI	2018	R\$	83,02
PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ	2018	R\$	1.652,40
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIAO	2018	R\$	54,08
FUNDACAO DE CULTURA APOIO ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO FUNCEPE	2018	R\$	3.127,43
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PI	2018	R\$	519,59
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	2018	R\$	59.129,27
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA	2018	R\$	3.071,16
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$	881,35
FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE FOZ DO IGUAÇU	2018	R\$	678,72
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE-FESURV	2018	R\$	3.785,29
FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA	2018	R\$	513,17
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI	2018	R\$	1.334,28
SECRETARIA DA AGRICULTURA IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	2018	R\$	485,94
SENADO FEDERAL	2018	R\$	2.392,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2018	R\$	213,49

FUNDACAO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	2018	R\$	144,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO	2018	R\$	63,20
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	2018	R\$	499,80
FUND NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	2018	R\$	1.816,32
EMPRESA TERESINENSE DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2018	R\$	70,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ	2018	R\$	1.167,75
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	2018	R\$	669,60
MINISTERIO PUBLICO UNIAO - PROCURADORIA REG DO TRAB 5 REGIAO	2018	R\$	563,69
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VITORIA - CDV	2018	R\$	6.900,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DA BAHIA	2018	R\$	634,56
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	2018	R\$	707,76
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	2018	R\$	266,06
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA	2018	R\$	4.165,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO	2018	R\$	4.111,44
MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO	2018	R\$	2.383,92
MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO	2018	R\$	600,48
AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$	620,00
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DE GOIAS	2018	R\$	998,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE MINAS	2018	R\$	57.424,36
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE	2018	R\$	13.246,20
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	2018	R\$	773,88
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO	2018	R\$	199,38
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 18 REGIAO	2018	R\$	56,97
SEC DE ADM E RESOCIALIZAÇÃO DA BA	2018	R\$	1.130,40
FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOLV DA UFMA	2018	R\$	2.219,97
SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	2018	R\$	442,32
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS	2018	R\$	588,00

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERV MUNIC DE ANAPOLIS	2018	R\$ 324,06
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CONSAB	2018	R\$ 1.294,10
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS	2018	R\$ 153,78
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES	2018	R\$ 52,62
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DE GOIAS	2018	R\$ 381,72
PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA	2018	R\$ 4.129,92
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE-FESURV	2018	R\$ 28.656,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA	2018	R\$ 26.526,24
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA 16ª REGIÃO - MA	2018	R\$ 609,72
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	2018	R\$ 125,28
SUPERINTENDENCIA DE FOMENTO AO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA- BAHIAUTURSA	2018	R\$ 200,40
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZACAO RIO URBE	2018	R\$ 217,93
FUNDAÇÃO WALL FERRAZ	2018	R\$ 59,30
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO ESPIRITO SANTO	2018	R\$ 90,19
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA	2018	R\$ 373,60
MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA	2018	R\$ 102,00
MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO	2018	R\$ 133,43
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÃO JUDICIAL DE ALAGOAS	2018	R\$ 1.667,88
SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO	2018	R\$ 7.318,80
SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE SP - INST GEOLÓGICO	2018	R\$ 307,12
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL	2018	R\$ 114.480,00
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	2018	R\$ 114.480,00
INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOM MOACYR	2018	R\$ 10.543,77
FUNDACAO CULTURAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	2018	R\$ 273,92
FUNDAÇÃO DAS ARTES DE SÃO CAETANO DO SUL	2018	R\$ 4.601,52
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA 9A REGIÃO	2018	R\$ 7.193,40
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	2018	R\$ 13.441,89

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS &c" COPASA	2018	R\$ 697,28
CONSORCIO EMPREENDEDOR CORUMBA III	2018	R\$ 1.200,00
MUNICÍPIO DE RIO PIRACICABA	2018	R\$ 17.547,36
EMPRESA PUBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC	2018	R\$ 90.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS	2018	R\$ 169.000,00
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO PREFEITURA	2018	R\$ 542,25
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN	2018	R\$ 13.260,00
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	2018	R\$ 126,75
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA S/A- ETUFOR	2018	R\$ 42.770,60
CONS REG DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 10 REGIAO	2018	R\$ 205,34
FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA	2018	R\$ 351,26
PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA	2018	R\$ 2.034,96
MUNICIPIO DE SANANDUVA	2018	R\$ 8.505,84
FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP	2018	R\$ 600,00
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA	2018	R\$ 1.716.845,52
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	2018	R\$ 793,16
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ	2018	R\$ 1.858,44
FUNDACAO BAIANA DE PESQUISA CIENTIFICA E DESENVOLVIMENTO TE	2018	R\$ 17.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA	2018	R\$ 10.367,52
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	2018	R\$ 6.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS	2018	R\$ 1.406,16
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E TRANSITO - CETTRANS	2018	R\$ 39.816,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIO	2018	R\$ 661,80
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAUBA	2018	R\$ 3.326,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACONDE	2018	R\$ 819,58
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A	2018	R\$ 12.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	2018	R\$ 936,00

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE	2018	R\$	1,00
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PELOTAS	2018	R\$	613,20
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-17 REGIAO	2018	R\$	1.793,52
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITACAO	2018	R\$	118,41
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA	2018	R\$	1,00
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIAO	2018	R\$	2.088,00
INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIENCIA E ESPORTE	2018	R\$	231,38
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS	2018	R\$	2.820,00
SUDECAP-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	2018	R\$	673,92
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE NATAL	2018	R\$	241,20
CISRU - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA CENTRO SUL	2018	R\$	17.757,25
SEBRAE MA	2018	R\$	124.487,64
EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SP	2018	R\$	728.640,00
IPAMV-INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVID	2018	R\$	120,96
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO PARANA	2018	R\$	518,66
AGENCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS	2018	R\$	5.781,36
FUNDACAO PLANETARIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	2018	R\$	229,68
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	2018	R\$	2.998,80
SECRETARIA DE STADO DE SAÚDE DE MS	2018	R\$	5.700,00
EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRAFICAS S.A.	2018	R\$	676,80
ELETROSUL-CENTRAIS ELET. S.A	2018	R\$	2.077.561,37
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE AMPARO	2018	R\$	24.047,16
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL	2018	R\$	772,20
BRASILPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S.A.	2018	R\$	747.020,46
SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA	2018	R\$	74.670,89

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS FIRMADOS: R\$ 6.589.725,94 (Seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos)

VALOR 1/12 AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS: R\$ 549.143,83 (Quinhentos e quarenta e nove mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e três centavos)

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 1.553.805.448,69 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos)

São Paulo, 09 de Janeiro de 2019

Sergio Dias Pestana
Gerente Executivo Técnico de
Cotação, Renovação e Emissão

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL

CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOME: Sérgio Dias Pestana

QUALIFICAÇÃO: Securitário

RG: 12.988.587-3

CPF: 029.276.108-27

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.

Prêmios emitidos: No exercício de 2017, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.920,4 milhões, crescimento de 4,5% em relação ao exercício anterior, alcançado pela carteira de seguro habitacional que apresenta liderança no mercado de seguros com 41,9% de participação (fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2017) e crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior. A carteira de seguros de pessoas apresenta 3º lugar na posição de mercado, com participação de 12,1%. Adicionalmente, a carteira de DPVAT apresentou decréscimo de 35,5%, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		6.852.242	6.464.916
Disponível		142	60
Caixa e bancos	5	142	60
Equivalentes de caixa		31.560	15.038
Aplicações	6	3.864.131	3.424.294
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.420.331	1.586.853
Prêmios a receber	8	1.282.087	1.419.276
Operações com seguradoras		296	6.166
Operações com resseguradoras	9a	137.948	161.411
Outros créditos operacionais	10	190.640	174.433
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	503.722	464.747
Títulos e créditos a receber		106.280	64.955
Títulos e créditos a receber	11a	34.512	2.047
Créditos tributários e previdenciários	26b	48.565	43.123
Outros créditos	11b	23.203	19.785
Outros valores e bens		452	534
Bens à venda		154	134
Outros valores		298	400
Despesas antecipadas		10.466	12.717
Custos de aquisição diferidos	19	724.518	721.285
Seguros		724.518	721.285
Ativo não circulante		5.251.602	5.550.780
Realizável a longo prazo		5.033.186	5.317.880
Aplicações	6	1.998.174	2.241.066
Créditos das operações com seguros e resseguros		974.827	1.103.527
Prêmios a receber	8	974.827	1.103.527
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	47.006	50.901
Títulos e créditos a receber		1.118.673	1.050.341
Créditos tributários e previdenciários	26b	220.295	199.232
Depósitos judiciais e fiscais	23	898.378	851.109
Custos de aquisição diferidos	19	894.506	871.995
Seguros		894.506	871.995
Investimento		911	6.407
Participações societárias		906	6.402
Outros investimentos		5	5
Imobilizado	12	79.371	86.041
Imóveis de uso próprio		780	951
Bens móveis		51.235	37.264
Outras imobilizações		27.356	47.826
Intangível	13	138.134	140.502
Outros intangíveis		138.134	140.502
Total do ativo		12.103.844	12.015.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Despesas administrativas: No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 4,9%, com aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Companhia, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.

Desempenho financeiro: O resultado financeiro totalizou 537,3 milhões, com redução de 1,3% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve a venda das ações do IRR, com impacto no resultado de R\$ 80,4 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$1.317,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado: O índice combinado no exercício de 2017 foi de 74,4%, aumento de 3,5 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 68,9%, aumento de 3,3 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação: A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.500,8 milhões, redução de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado, principalmente, pelo menor volume de vendas pela carteira de seguro de pessoas em 2017, por ação foi de R\$ 2,147,87 em 2017 e R\$ 2,346,90 em 2016.

Investimentos e novos negócios: Os investimentos realizados no exercício de 2017, no montante de R\$ 33,8 milhões, foram destinados à aquisição de softwares, equipamentos e sistemas de informática, móveis, veículos e outros ativos.

Distribuição de dividendos: No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 1.692,9 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 1.622,6 milhões e R\$ 70,3 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de fevereiro, 08 de março, 03 de abril, 08 de maio, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017. Conforme previsto no Estatuto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.317,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados na Companhia, fortalecendo assim a parceria e o relacionamento e um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos líquidos	25b	6.920.416	6.623.828
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(147.624)	204.085
(-) Prêmios ganhos	25a	6.772.792	6.827.913
(+) Receita com emissão de apólice		10.255	10.644
(-) Sinistros ocorridos	25c	(2.067.478)	(2.609.914)
(-) Custos de amortizações	25d	(1.869.353)	(1.707.809)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(318.272)	(183.613)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25f	(240.331)	89.786
(+) Receita com resseguro		637.863	861.831
(-) Despesa com resseguro		(878.194)	(772.045)
(-) Despesas administrativas	25g	(329.565)	(295.273)
(-) Despesas com tributos	25h	(207.736)	(134.732)
(+) Resultado financeiro	25i	527.303	547.847
(+) Receitas financeiras		625.343	722.879
(-) Despesas financeiras		(88.040)	(175.132)
(+) Resultado patrimonial		20	123
(-) Resultado operacional	2.287.635	2.544.872	
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		1	129
(-) Resultado antes dos impostos e participações	2.287.636	2.545.001	
(-) Imposto de renda	26a	(429.525)	(409.525)
(-) Contribuição social	26a	(446.560)	(493.194)
(-) Participações sobre o resultado		(12.459)	(7.123)
(-) Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159	
Quantidade de ações		698.763	698.763
Lucro líquido por ação		2.147,87	2.311,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159
Outros resultados abrangentes	15.274	27.026
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	27.770	49.138
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(12.496)	(22.112)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.516.124	1.642.185
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	1.516.124	1.642.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159
Ajustes para:	371.591	(24.606)
Depreciação e amortizações	40.550	30.520
Variação dos custos de aquisição diferidos	(25.744)	68.765
Ativos fiscais diferidos	30.122	51.184
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	76.770	(30.239)
Variações das provisões técnicas - seguros	198.757	(142.480)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(1)	(129)
Juros pagos sobre arrendamento	(3.305)	(2.227)
Variação nas contas patrimoniais:	726.804	667.023
Aplicações	(198.239)	(602.471)
Créditos das operações de seguros e resseguros	219.706	573.348
Ativos de resseguro e retrocessão	(35.080)	76.820
Créditos tributários e previdenciários	(56.627)	(35.991)
Despesas antecipadas	5.556	(6.845)
Outros ativos	(51.968)	115.368
Depósitos judiciais e fiscais	(47.268)	(97.976)
Impostos e contribuições	805.899	852.532
Obrigações a pagar	(39.310)	22.355
Débitos de operações com seguros e resseguros	85.471	(395.990)
Depósitos de terceiros	(46.919)	(35.961)
Provisões técnicas - seguros	(9.598)	175.492
Provisões judiciais	80.461	(18.591)
Outros passivos	(553)	(1.093)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	15.274	27.026
Caixa gerado pelas operações	2.545.245	2.257.576
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(353.824)	(421.407)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(466.005)	(434.124)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.725.416	1.402.045
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	27.703	29.548
Investimentos	5.496	10.498
Imobilizado	17.567	10.82
Intangível	4.640	18.968
Pagamento pela compra:	(54.160)	(133.971)
Imobilizado	(26.046)	(48.950)
Intangível	(28.114)	(85.021)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(26.457)	(104.423)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.682.355)	(1.397.340)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.682.355)	(1.397.340)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.604	(99.718)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.098	114.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.702	15.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	655.745	131.149	741.572	(31.270)	1.497.196
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	27.026	27.026
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 28 de abril de 2016	-	-	(356.000)	-	(356.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	(274.000)	-	(274.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	(111.572)	-	(111.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.615.159	1.615.159
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	(10.528)	(10.528)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	(42.000)	(42.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 22 de agosto de 2016	-	-	-	(137.500)	(137.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 26 de setembro de 2016	-	-	-	(205.400)	(205.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de novembro de 2016	-	-	-	(107.700)	(107.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	(129.700)	(129.700)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	(34.400)	(34.400)
Reserva de investimentos	-	947.931	-	(947.931)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	655.745	131.149	947.931	(4.244)	1.730.581
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	15.274	15.274
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	-	(424.000)	(424.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	-	(150.100)	(150.100)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 03 de abril de 2017	-	-	-	(98.000)	(98.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	(128.700)	(128.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	(147.131)	(147.131)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.500.850	1.500.850
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	(21.269)	(21.269)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	-	(56.900)	(56.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	-	(51.900)	(51.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	(228.700)	(228.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	-	(128.100)	(128.100)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 01 de outubro de 2017	-	-	-	(56.000)	(56.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	-	(178.700)	(178.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(9.100)	(9.100)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(14.300)	(14.300)
Reserva de investimentos	-	755.881	-	(755.881)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	655.745	131.149	755.881	11.030	1.553.805

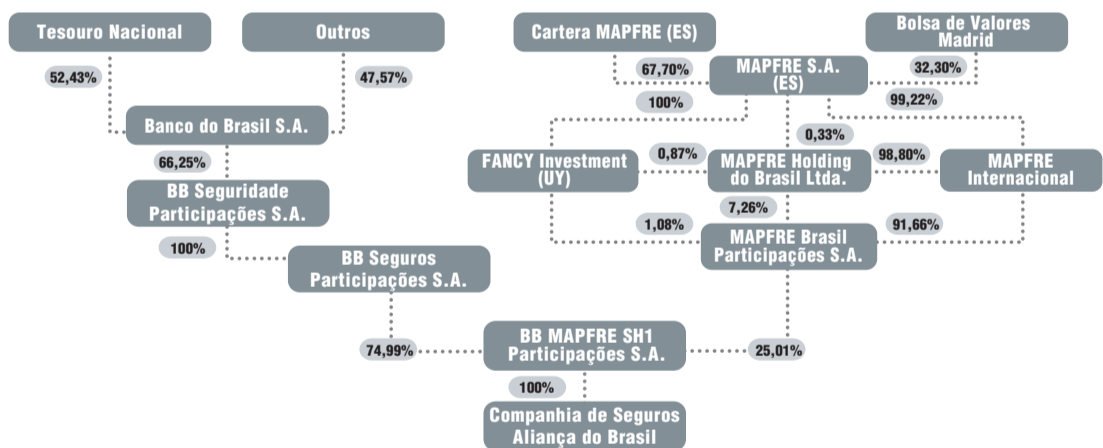
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e

empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL. E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017 o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 6.476 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.

b) Base para avaliação, apresentação e media funcional: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo e a provisão complementar de prêmios para o produto ouro vida mensurado pelo valor justo. A media funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos; críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. **e) Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro;** **f) Notas 3i, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;** **g) Notas 3r e 25j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento;** **h) Nota 6 - Aplicações;** **i) Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável);** **j) Nota 23 - Provisões judiciais;** **k) Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar.**

e) Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante.

f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

mortalidade BR-EMS Masculina. O cálculo realizado para o produto OVR apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, as atividades, os processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes são reconhecidos com base na probabilidade de êxito provável **ou divulgados:** **b) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante. Estas são contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-alimentação e alimentação, são reconhecidos no resultado de acordo com o método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para o locatário a maioria dos riscos e benefícios do arrendamento. Os arrendamentos de equipamentos são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os rendimentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento. **s) Longa duração da vigência do contrato.** **s) imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas informações na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes. Os ativos e passivos diferidos são classificados como ativos e passivos diferidos compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)					
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Vida	%	Rural	%
Centro Oeste	671.177	10%	791.345	12%	33.532	0%	1.496.054	22%	671.119	11%	507.777	9%
Nordeste	731.301	11%	212.872	3%	44.756	1%	988.929	15%	731.244	12%	147.321	2%
Norte	227.816	%	123.237	2%	11.796	0%	362.849	5%	227.800	5%	95.381	1%
Sudeste	1.491.359	22%	1.201.354	9%	106.824	1%	2.899.537	43%	1.484.821	25%	477.998	7%
Sul	735.415	11%	909.048	13%	45.453	1%	1.689.916	25%	735.349	12%	634.783	11%
Total	3.857.068	57%	2.645.546	39%	242.361	4%	6.744.975	100%	3.850.333	65%	1.863.260	31%
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)					
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Vida	%	Rural	%
Centro Oeste	669.805	10%	648.312	10%	28.528	0%	1.346.645	20%	669.003	12%	403.397	7%
Nordeste	677.119	11%	193.251	3%	37.489	1%	908.859	13%	676.940	12%	131.369	2%
Norte	236.851	4%	104.528	2%	10.648	0%	352.027	6%	236.812	4%	40.293	1%
Sudeste	1.509.761	24%	572.344	9%	102.292	2%	2.184.397	35%	1.505.254	27%	435.403	8%
Sul	731.356	11%	826.097	12%	42.281	1%	1.599.734	24%	731.159	13%	576.210	10%
Total	3.824.896	60%	2.344.532	36%	221.238	4%	6.390.666	100%	3.819.168	66%	1.626.632	28%

(*) As operações estão liquidadas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 59.700 e R\$ 115.741 (R\$ 53.601 e R\$ 179.561 em 31 de dezembro de 2016). (**) As operações estão liquidadas de RVNE de resseguro no montante de R\$ (20.193) (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2016).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas nos cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR (a1): Simulamos com um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. ii. Provisão Complementar de Cobertura (PCC) (a2): para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas:

b) Sinistralidade: Simulamos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Total	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL (bruto de impostos)
a. Provisões técnicas			(183.036)
a1. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(16.918)
a2. PCC	Aumento	Agravo de 5% na tábu de mortalidade	(34.870)
	Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(131.248)

b. Sinistralidade Aumento | Elevação de 5% na sinistralidade | (73.454) |

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos massificados. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:		2017	2016
Rating (*)	Local	Admitida	Admitida
A	7.544	149.673	157.217
A-	646.213	-	646.213
Total	653.757	149.673	607.088
			607.088
			115.415
			742.802

(*) As operações estão liquidadas de RVNE de resseguro no montante de R\$ (20.193) (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2016).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns fatos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de relaxamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ativos financeiros - rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB+	CCC	CCC+	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	-	5.586.542	-	-	-	-	-	5.586.542
Debêntures	43.497	6.729	-	57.823	1.245	-	6.121	-	-	115.415
Letras financeiras	2.405	-	5.044	125.112	-	12.727	-	-	-	145.288

Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	2017	2016
Total	60.962	6.729
	5.044	5.769.477
	1.245	12.727
	-	6.121
	-	5.862.305

Ativos financeiros - rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB+	CCC	CCC+	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	-	5.477.795	-	-	-	-	-	5.477.795
Debêntures	43.360	10.160	-	38.657	2.510	-	31.704	-	9.280	135.671
Notas promissórias	-	2.651	-	-	-	-	-	-	-	2.651

Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	2017	2016
Total	92.603	12.811
	-	5.516.452
	2.510	-
	-	31.704
	-	9.280
	-	5.586.360

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 2.794.969 (R\$ 2.382.806 em 31 de dezembro de 2016) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas pela transformação de ativo em caixa necessária para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os impactos decorrentes dos riscos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes desdobramentos dos riscos de liquidez decorrentes da operação. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma abordagem significativa dos contratos de

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • **Risco de subscrição;** • **Risco de crédito;** • **Risco de liquidez;** • **Risco de mercado;** e • **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios, planejando as atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões relacionadas aos riscos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, controlar a qualidade do desempenho do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independentes e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de subscrição. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** as exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
2017						2017									
Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%
496.054	22%	671.119	11%	507.777	9%	32.363	0%	1.211.259	20%	671.119	11%	507.777	9%	32.363	0%
988.929	15%	731.244	12%	147.321	2%	43.002	1%	921.211	15%	731.244	12%	147.321	2%	43.002	1%
362.849	5%	227.800	5%	95.381	1%	11.341	0%	334.522	6%	227.800	5%	95.381	1%	11.341	0%
2.07.227	33%	1.484.821	25%	477.998	8%	97.578	2%	2.060.397	35%	1.484.821	25%	477.998	8%	97.578	2%
689.916	25%	735.349	12%	634.673	11%	43.668	1%	1.413.690	24%	735.349	12%	634.673	11%	43.668	1%
744.975	100%	3.850.333	65%	1.863.260	31%	227.952	4%	5.941.545	100%	3.850.333	65%	1.863.260	31%	227.952	4%
de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
2016						2016									
Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%
346.649	20%	669.003	12%	403.397	7%	26.515	0%	1.098.785	19%	669.003	12%	403.397	7%	26.515	0%
907.859	15%	676.940	12%	131.369	2%	34.394	1%	842.703	15%	676.940	12%	131.369	2%	34.394	1%
352.027	6%	236.812	4%	40.293	1%	9.818	0%	326.923	5%	236.812	4%	40.293	1%	9.818	0%
184.397	3%	1.505.254	27%	435.403	8%	92.407	2%	2.033.064	37%	1.505.254	27%	435.403	8%	92.407	2%
599.734	24%	731.159	13%	576.210	10%	38.930	1%	1.346.299	24%	731.159	13%	576.210	10%	38.930	1%
3.390.666	100%	3.819.168	68%	1.626.632	28%	202.064	4%	5.647.864	100%	3.819.168	68%	1.626.632	28%	202.064	4%

seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam estes contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	2017			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	142	–	–	142
Equivalentes de caixa	31.560	–	–	31.560
Aplicações (*)/(****)	3.461.922	1.635.088	434.788	5.531.798
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.420.331	974.827	–	2.395.158
Ativos de resseguro – provisões técnicas (***)	229.672	278.491	42.565	550.728
Outros créditos operacionais	190.640	–	–	190.640
Títulos e créditos a receber (**)	57.715	–	–	57.715
Outros valores e bens	452	–	–	452
Despesas antecipadas	10.466	–	–	10.466
Custos de aquisição diferidos	6.127.518	894.506	–	1.619.024
Total do ativo	6.724.418	3.782.912	477.353	10.387.683
Provisões técnicas (*)/(***)	2.794.302	3.625.943	1.102.746	7.522.991
Custos a pagar	596.331	9.024	–	605.355
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.374.987	–	–	1.374.987
Depósitos de terceiros	20.474	–	–	20.474
Total do passivo	4.786.073	3.634.967	1.102.746	9.523.786

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação de prêmios a receber

	2017	2016
Saldo inicial	2.522.803	2.749.764
(+) Prêmios emitidos	9.322.085	9.194.952
(+) IOF	(636)	(1.281)
(+) Adicional de fracionamento	(146)	(37)
(-) Prêmios cancelados	(2.439.052)	(2.078.939)
(-) Recebimentos	(7.150.521)	(7.383.738)
(Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável	(42.619)	42.082
Saldo final	2.256.914	2.522.803

c) Composição por prazo de vencimento

	2017	2016
A vencer até 30 dias	580.877	570.178
A vencer de 31 a 60 dias	106.911	116.936
A vencer de 61 a 120 dias	127.043	140.631
A vencer de 121 a 180 dias	115.220	134.314
A vencer de 181 a 365 dias	229.346	281.199
A vencer acima de 365 dias	967.384	1.103.527
Total a vencer	2.126.781	2.346.785
Vencidos até 30 dias	109.810	77.108
Vencidos de 31 a 60 dias	14.371	14.946
Vencidos de 61 a 120 dias	5.028	58.613
Vencidos de 121 a 180 dias	419	12.187
Vencidos de 181 a 365 dias	304	11.564
Vencidos acima de 365 dias	201	1.600
Total vencidos	136.133	176.018
Total	2.256.914	2.522.803

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGUO E RETROCESSÃO

a) Ativo

	2017	2016
Recuperação de sinistros	138.868	161.411
Outros créditos com ressegurador	10.428	–
Redução ao valor recuperável	(11.348)	–
Total	137.948	161.411
2017	2016	
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	352.981	349.896
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	127.725	98.406
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	40.771	40.502
Risco vigente não emitido - RVNE	26.216	9.896
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.035	2.140
Outras	–	14.808
Total	550.728	515.648

b) Passivo

	2017	2016
Prêmios cedidos	566.939	424.379
Comissão a recuperar	(140.488)	(74.641)
Total	426.451	349.738

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2017			2016		
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	Retenção
Pessoas	3.857.068	6.735	99,83%	3.824.896	5.728	99,85%
Rural	2.645.546	782.286	70,43%	2.344.532	717.900	69,38%
Outros	242.361	14.409	94,05%	221.238	19.174	91,33%
Total	6.744.975	803.430	88,09%	6.390.666	742.802	88,38%

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ 59.700 e R\$ 115.741 respectivamente (R\$ 53.601 e R\$ 179.561 em 31 de dezembro de 2016). (**) Não inclui RVNE no valor de R\$ (20.193) (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2016).

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017									
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total	
Provisões técnicas - seguros										
Saldo inicial	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317	541.777	7.664.120	
Constituições	6.539.519	–	–	12.174	57.580	18.812	–	69.112	6.697.197	
Diferimento pelo risco decorrido	(6.461.737)	–	–	–	–	–	–	–	(6.461.737)	
Aviso de sinistros	–	–	2.555.312	–	–	–	–	–	2.555.312	
Pagamento de sinistros	–	–	(1.857.464)	–	–	(4.203)	–	–	(1.861.667)	
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(700.784)	–	–	–	–	–	(700.784)	
Atualização monetária e juros	–	–	(22.310)	–	–	–	–	–	(22.310)	
Reversões	–	(1)	–	–	–	–	(16.851)	–	(16.852)	
Saldo final	5.370.586	462	1.351.893	(142.182)	613.414	43.751	4.466	610.889	7.853.279	

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Provisões técnicas - seguros	5.552.444	463	1.192.353	(64.712)	409.302	32.033	62.987	446.238	7.631.108
Saldo inicial	5.552.444	463	1.192.353	(64.712)	409.302	32.033	62.987	446.238	7.631.108
Constituições	9.742.763	–	–	–	146.532	–	–	95.539	9.984.834
Diferimento pelo risco decorrido	(10.002.403)	–	–	–	–	–	–	–	(10.002.403)
Aviso de sinistros	–	–	3.041.273	–	–	–	–	–	3.041.273
Pagamento de sinistros	–	–	(2.340.246)	–	–	–	–	–	(2.340.246)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(593.978)	–	–	–	–	–	(593.978)
Atualização monetária e juros	–	–	77.737	–	–	–	–	–	77.737
Reversões	–	–	–	(89.644)	–	(2.891)	(41.670)	–	(134.205)
Saldo final	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317	541.777	7.664.120

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Provisões técnicas - resseguros	359.793	–	123.170	(24.764)	40.502	2.139	14.808	515.648	515.648
Saldo inicial	359.793	–	123.170	(24.764)	40.502	2.139	14.808	515.648	515.648
Constituições	728.537	–	–	6.403	–	270	896	–	736.106
Diferimento pelo risco decorrido	(709.135)	–	–	–	–	–	–	–	(709.135)
Aviso de sinistros	–	–	846.079	–	–	–	–	–	846.079
Pagamento de sinistros	–	–	(585.626)	–	–	–	–	–	(585.626)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(237.908)	–	–	–	–	–	(237.908)
Atualização monetária e juros	–	–	372	–	–	–	–	–	372
Reversões	–	–	–	(23.788)	–	(524)	(33.574)	–	(58.031)
Saldo final	379.195	–	146.087	(18.361)	40.772	3.035	–	–	550.728

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Provisões técnicas - resseguros	352.508	–	171.951	(976)	17.940	2.663	48.382	592.668	592.668
Saldo inicial	352.508	–	171.951	(976)	17.940	2.663	48.382	592.668	592.668
Constituições	678.232	145	–	–	22.562	–	–	–	700.939
Diferimento pelo risco decorrido	(670.947)	–	–	–	–	–	–	–	(670.947)
Aviso de sinistros	–	–	1.427.899	–	–	–	–	–	1.427.899
Pagamento de sinistros	–	–	(1.195.826)	–	–	–	–	–	(1.195.826)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(283.972)	–	–	–	–	–	(283.972)
Atualização monetária e juros	–	–	3.118	–	–	–	–	–	3.118
Reversões	–	(145)	–	(23.788)	–	(524)	(33.574)	–	(58.031)
Saldo final	359.793	–	123.170	(24.764)	40.502	2.139	14.808	515.648	515.648

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 587.032 (R\$ 598.340 em 31 de dezembro de 2016).

Custos de aquisição diferidos

	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.593.280	1.662.045
Constituições/diferimento	25.744	(68.765)
Saldo no final do exercício	1.619.024	1.593.280

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	4.870.787	956.727	1.652.505	1.806.927	2.496.291	2.009.805	2.009.805
Um ano após o aviso	4.403.428	881.930	1.498.331	1.700.947	2.358.678	–	2.358.678
Dois anos após o aviso	4.500.711	862.171	1.522.654	1.702.094	–	–	1.702.094
Três anos após o aviso	4.605.490	872.806	1.534.011	–	–	–	1.534.011
Quatro anos após o aviso	4.680.789	883.345	–	–	–	–	883.345
Cinco anos ou mais após o aviso	4.758.357	–	–	–	–	–	4.758.357

Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	4.758.357	883.345	1.534.011	1.702.094	2.358.678	2.009.805	13.246.290
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	4.369.963	827.849	1.448.184	1.619.142	2.243.686	1.396.610	11.905.434

Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	388.394	55.496	85.827	82.952	114.992	613.195	1.340.856
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	–	–	–	–	–	–	195.732
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	–	–	–	–	–	–	1.536.588
Provisões DPVAT	–	–	–	–	–	–	330.288
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	–	–	–	–	–	–	1.866.876

Montante de sinistros pagos

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	3.127.796	549.268	1.027.328	1.188.065	1.869.717	1.396.610	1.396.610
Um ano após o aviso	4.034.611	787.238	1.415.117	1.601.648	2.243.686	–	2.243.686
Dois anos após o aviso	4.170.325	807.783	1.433.940	1.619.142	–	–	1.619.142
Três anos após o aviso	4.274.726	817.107	1.448.184	–	–	–	1.448.184
Quatro anos após o aviso	4.323.875	827.849	–	–	–	–	827.849
Cinco anos ou mais após o aviso	4.369.963	–	–	–	–	–	4.369.963

Pagamentos efetuados até 31.12.2017	4.369.963	827.849	1.448.184	1.619.142	2.243.686	1.396.610	11.905.434
-------------------------------------	-----------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	4.187.703	857.422	1.549.949	1.659.707	1.859.410	1.631.693	1.631.693
Um ano após o aviso	3.804.044	755.807	1.199.777	1.246.332	1.513.839	–	1.513.839
Dois anos após o aviso	3.878.435	693.627	1.124.042	1.210.060	–	–	1.210.060
Três anos após o aviso	3.905.516	686.756	1.140.086	–	–	–	1.140.086
Cinco anos ou mais após o aviso	3.957.021	700.210	–	–	–	–	700.210

Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	4.028.309	700.210	1.140.086	1.210.060	1.513.839	1.631.693	10.224.197
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	3.659.371	646.886	1.059.657	1.132.314	1.403.789	1.130.447	9.032.464

Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	368.938	53.324	80.429	77.746	110.050	501.246	1.191.733
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	–	–	–	–	–	–	173.322
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	–	–	–	–	–	–	1.365.055
Provisões DPVAT	–	–	–	–	–	–	330.288
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	–	–	–	–	–	–	1.695.343

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros e processamento de prêmios aguardando a compensação bancária, para a dívida baixa respectivamente na provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 112.659 (R\$ 92.623 em 31 de dezembro de 2016), e créditos bancários recebidos no início do mês subsequente no montante de R\$ 75.588 (R\$ 78.271 em 31 de dezembro de 2016).

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber é composto, substancialmente, por valores relativos ao subsídio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no montante de R\$ 18.129, compartilhamento de despesas no montante de R\$ 535 (R\$ 9.014 em 31 de dezembro de 2016) e outros créditos no montante de R\$ 15.848. b) Outros créditos é composto principalmente, por bloqueios judiciais de sinistros no valor de R\$ 15.512 (R\$ 13.105

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação					
Ramos	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Custo de aquisição	2017	2016
	2017	2016	2017	2017	2016
Vida em grupo	1.481.812	1.755.605	35,46%	33,56%	44,78%
Prestamista	1.281.634	1.471.762	26,47%	30,57%	32,74%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	858.144	767.362	48,80%	108,77%	8,73%
Seguro de vida do produtor rural	753.787	647.555	14,69%	12,42%	29,17%
Penhor rural instituições financeiras privadas	679.839	645.724	26,58%	23,64%	10,13%
Acidentes pessoais coletivo	483.083	544.548	9,08%	14,25%	32,74%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	268.596	257.140	81,56%	67,70%	8,29%
Doenças graves ou doença terminal	185.208	207.611	17,46%	20,54%	36,82%
Demais ramos	780.689	530.606	25,30%	39,37%	25,86%
Total	6.772.792	6.827.913	30,53%	38,22%	27,60%
b) Prêmios emitidos					
	2017	2016	2017	2017	2016
Prêmios diretos	6.920.416	6.623.828	6.677.823	6.335.557	56.587
Prêmios de cosseguros aceitos	56.587	47.677	115.741	179.561	70.265
Repasse DPVAT	115.741	179.561	20.265	61.033	(2.067.478)
Recuperação de custos iniciais de contratação	(1.939.485)	(2.496.051)	(1.939.485)	(2.496.051)	(12.174)
c) Sinistros ocorridos	(2.067.478)	(2.609.914)	(1.939.485)	(2.496.051)	(76.293)
Sinistros	(12.174)	(89.645)	(76.293)	(70.167)	(23.141)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER	(76.293)	(70.167)	(23.141)	(110.924)	(22.251)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(23.141)	(110.924)	(22.251)	(24.007)	1.864
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(22.251)	(24.007)	1.864	1.590	4.002
Serviço de assistência	1.864	1.590	4.002	(1.869.353)	(1.707.809)
Salvados e ressarcimentos	4.002	(1.869.353)	(1.782.690)	(1.516.407)	(52.513)
d) Custo de aquisição	(1.869.353)	(1.707.809)	(1.782.690)	(1.516.407)	(36.509)
Comissões	(1.782.690)	(1.516.407)	(52.513)	(59.679)	(36.509)
Comissões de estipulantes	(52.513)	(59.679)	(21.617)	(26.278)	(1.768)
Remuneração de agências	(36.509)	(35.166)	25.744	(68.765)	(318.272)
Despesas com apólices e/ou contratos	(21.617)	(26.278)	(161.362)	(183.613)	(58.288)
Despesas com inspeção de comercialização diferidas	(1.768)	(1.514)	(58.288)	(41.789)	(43.377)
e) Outras receitas e despesas operacionais	(318.272)	(183.613)	(58.288)	(41.789)	(31.056)
Contribuição ao FESR	(161.362)	(157.797)	(58.288)	(41.789)	(43.377)
Redução ao valor recuperável - RVR	(58.288)	(41.789)	(31.056)	(28.611)	(12.886)
Contingências cíveis	(43.377)	(9.135)	(12.886)	(13.576)	(340)
Endomarketing	(31.056)	(28.611)	(10.963)	(15.257)	(240.331)
Despesas com cobrança	(12.886)	(13.576)	(637.863)	(861.831)	637.485
Apólices e contratos	(340)	(1.026)	270	22.562	108
Outras	(10.963)	(15.257)	(915.373)	(782.283)	15.574
f) Resultado com operações de resseguro	(240.331)	89.786	(637.863)	861.831	4.479
Receta com resseguro	637.863	861.831	4.479	18.003	18.212
Recuperação de indenização	637.485	839.725	108	(456)	(878.194)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	270	22.562	(915.373)	(782.283)	15.574
Recuperação de indenização - PDR e IBNR	108	(456)	15.574	18.894	4.479
Despesa com resseguro	(878.194)	(772.405)	(15.574)	18.894	18.212
Prêmios de resseguro	(15.574)	(18.894)	18.212	(26.289)	(1.086)
Prêmios de resseguro cancelados	18.212	(26.289)	(1.086)	(370)	
Prêmios de resseguro restituídos					
Variação das provisões de resseguro					
Salvados e ressarcimentos					

Companhia		Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos			
Arrendamento		Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Despesas de arrendamento	
Sede GRUPO		17.777	17.777	56.967	78.380	82.196	273.723	156.940	369.880	18.465	
Call Center - Franca		1.372	1.564	5.211	6.886	6.443	10.474	13.026	18.924	96	
Call Center - São Carlos		1.327	1.626	3.619	5.302	-	-	4.946	6.928	466	
Total		20.476	20.967	65.797	90.568	88.639	284.197	174.912	395.732	19.027	
GRUPO SEGURADOR		Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos			
Arrendamento		Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Despesas de arrendamento	
Sede GRUPO		46.782	46.782	149.913	206.263	216.306	720.324	413.001	973.369	55.215	
Call Center - Franca		3.610	4.115	13.713	18.120	16.956	27.564	34.279	49.799	3.412	
Call Center - São Carlos		3.492	4.279	9.523	13.952	-	-	13.015	18.231	4.218	
Total		53.884	55.176	173.149	238.335	233.262	747.888	460.295	1.041.399	62.845	

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social				
	2017	2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	2.275.177	2.275.177	2.537.878	2.537.878
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(568.770)	(455.035)	(634.445)	(507.575)
Diferenças temporárias	(31.062)	(24.849)	23.882	18.971
Diferenças permanentes	(4.171)	(2.926)	(4.935)	(3.670)
Seguros rurais	209.045	-	173.640	-
Amortização de ágio	26.650	-	29.072	-
Juros sobre o capital próprio	17.575	14.060	19.100	15.280
Deduções incentivadas	18.554	-	17.115	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(332.179)	(468.750)	(376.571)	(476.994)
Constituição/Reversão de crédito tributário	4.412	24.849	(52.954)	(18.971)
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	(2.659)	-	2.771
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(327.767)	(446.560)	(429.525)	(493.194)
Alíquota efetiva (%)	14%	20%	17%	19%

b) Créditos tributários e previdenciários				
	2016	Constituições	Reversões	2017
Ativo				
PIS COFINS sobre PSL/IBNR	42.816	55.401	(52.641)	45.576
Tributos retidos na fonte	307	3.315	(633)	2.989
Total circulante	43.123	58.716	(53.274)	48.565
Diferenças temporárias IRVCS:				
Contingências tributárias	106.688	9.771	(10.930)	105.529
Contingências cíveis	8.698	36.621	(14.030)	31.289
Provisão para riscos de crédito	14.875	1.167.671	(1.140.859)	41.687
Provisão para participação nos lucros	3.444	102.111	(100.575)	4.980
Contingências trabalhistas	371	39	(191)	219
Outras provisões	1.602	60.284	(56.660)	5.226
Ajustes de títulos a valor justo TVM	3.473	3.641	(7.114)	-
Tributos diferidos sobre ágio	26.650	14.536	(41.186)	-
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	33.431	36.883	(38.949)	31.365
Total não circulante	199.232	1.431.557	(1.410.494)	220.295
	2016	Constituições	Reversões	2017
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Ajuste de títulos a valor de mercado	-	152.317	(143.293)	9.024
Total não circulante	-	152.317	(143.293)	9.024

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Seguros Aliança do Brasil São Paulo - SP	
Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.	
Responsabilidade da Administração	
A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Responsabilidade dos atuários independentes	
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.	
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.	
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem	

do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.	
Opinião	
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.	
Outros assuntos	
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.	
São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.	

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.	
CNPJ: 02.668.801/0001-55	
CIBA 48	
Joel Garcia	
Atuário MIBA 1131	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Seguros Aliança do Brasil São Paulo - SP	
Opinião	
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.	
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	
Base para opinião	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor	
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.	
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.	

DIRETORIA			
Fernando Barbosa de Oliveira Diretor Presidente Luis Gutiérrez Mateo Diretor Vice-Presidente	André Renato Viard Fortino Camilo Buzzi Carlos Alberto Landim Cynthia Betti Rodrigues Quaiharilo	Enrique De La Torre Velasco Leonardo Giuberti Mazzedi Luis Felipe Lebert Cotti	Maurício Galian Raphael de Luca Júnior Wady José Mourão Curry
CONTADORA			
Simone Pieretti Gonçalves - CRC 15P 18371/O-5			

ATUÁRIA

Anexo I COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL (Em milhares de Reais)	
Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
total de provisões técnicas	7.853.279
total de provisões técnicas auditadas(*)	7.522.991
total de ativos de resseguro	550.728
Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
provisões Técnicas auditadas (a)	7.522.991
valores redutores auditados (b)	2.924.503
total a ser coberto (a-b)	4.598.488
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
Demonstrativo do Capital Mínimo	
capital Base (a)	15.000
capital de Risco (CR) (b)	760.494
exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	760.494
Demonstrativo da Solvência	
atrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.448.532
exigência de Capital (CMR) (b)	760.494
uficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	688.038
ativos Garantidores (d)	5.497.726
total a ser Coberto (e)	4.598.488
uficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	899.238
ativos Líquidos (g)	899.238
capital de Risco (CR) (h)	760.494
ndice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	118,24%
(*) O Índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
118	7.500
114, 1198	5.000
993	3.200
977, 0982, 0984, 1061, 1065, 1068, 1130, 1162, 1381	3.000
101, 1107	2.500
929	2.400
329	1.100
990, 1390	800
384	200
601	24

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ nº 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.
Prêmios emitidos: No exercício de 2017, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.920,4 milhões, crescimento de 4,5% em relação ao exercício anterior, alavancado pela carteira de agronegócios/habitacional que apresenta liderança no mercado de seguros com 41,9% de participação (fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2017) e crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior. A carteira de seguros de pessoas apresenta 3º lugar na posição de mercado, com participação de 12,1%. Adicionalmente, a carteira de DPVAT apresentou decréscimo de 35,5%, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.
Despesas administrativas: No exercício de 2017, o índice de despesas

administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 4,9%, com aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Companhia, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.
Desempenho financeiro: O resultado financeiro totalizou 537,3 milhões, com redução de 1,9% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve a venda das ações do IRB, com impacto no resultado de R\$ 80,4 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$1.317,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observa os prazos de resgate originais dos mesmos.
Índice combinado: O índice combinado no exercício de 2017 foi de 74,4%, aumento de 3,5 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 68,9%, aumento de 3,3 p.p. em relação ao ano anterior.
Lucro líquido e por ação: A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.500,8 milhões, redução de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado, principalmente, pelo menor volume de vendas na carteira de seguro de pessoas. O lucro por ação foi de R\$ 2.147,87 em 2017 e R\$ 2.311,46 em 2016.
Investimentos e novos negócios: Os investimentos realizados no exercício de 2017, no montante de R\$ 33,8 milhões, foram destinados à aquisição de softwares, equipamentos e sistemas de informática, móveis,

veículos e outros ativos.
Distribuição de dividendos: No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 1.692,9 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 1.622,6 milhões e R\$ 70,3 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de fevereiro, 08 de março, 03 de abril, 08 de maio, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017. Conforme previsto no Estatuto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.317,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos líquidos	25b	6.920.416	6.623.828
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(147.624)	204.085
(=) Prêmios ganhos	25a	6.772.792	6.827.913
(+) Receita com emissão de apólice		10.255	10.644
(-) Sinistros ocorridos	25c	(2.067.478)	(2.609.914)
(-) Custos de aquisição	25d	(1.869.353)	(1.707.809)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(318.272)	(183.613)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25f	(240.331)	89.786
(+) Receita com resseguro		637.863	861.831
(-) Despesa com resseguro		(878.194)	(772.045)
(-) Despesas administrativas	25g	(329.565)	(295.273)
(-) Despesas com tributos	25h	(207.736)	(134.732)
(+) Resultado financeiro	25i	537.303	547.747
(+) Receitas financeiras		625.343	722.879
(-) Despesas financeiras		(88.040)	(175.132)
(+) Resultado patrimonial		20	123
(=) Resultado operacional	2.287.635	2.544.872	
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		1	129
(=) Resultado antes dos impostos e participações	2.287.636	2.545.001	
(-) Imposto de renda	26a	(327.767)	(429.525)
(-) Contribuição social	26a	(446.560)	(493.194)
(-) Participações sobre o resultado		(12.459)	(7.123)
(=) Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159	
(/) Quantidade de ações		698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		2.147,87	2.311,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159
Outros resultados abrangentes	15.274	27.026
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	27.770	49.138
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(12.496)	(22.112)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.516.124	1.642.185
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	1.516.124	1.642.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159
Ajustes para:	317.591	(24.606)
Depreciação e amortizações	40.992	30.520
Variação dos custos de aquisição diferidos	(25.744)	68.765
Ativos fiscais diferidos	30.122	51.184
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	76.770	(30.239)
Variações das provisões técnicas - seguros	198.757	(142.480)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(1)	(129)
Juros pagos sobre arrendamento	(3.305)	(2.227)
Variação nas contas patrimoniais:	726.804	667.023
Aplicações	(198.239)	(602.471)
Créditos das operações de seguros e resseguros	219.706	573.348
Ativos de resseguro e retrocessão	(35.080)	76.820
Créditos tributários e previdenciários	(56.627)	(35.991)
Despesas antecipadas	5.556	(6.845)
Outros ativos	(51.968)	115.368
Depósitos judiciais e fiscais	(47.269)	(69.976)
Impostos e contribuições	805.899	852.532
Obrigações a pagar	(39.310)	22.355
Débitos de operações com seguros e resseguros	85.471	(395.990)
Depósitos de terceiros	(46.919)	(35.961)
Provisões técnicas - seguros	(9.598)	175.492
Provisões judiciais	80.461	(18.591)
Outros passivos	(553)	(10.093)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	15.274	27.026
Caixa gerado pelas operações	2.545.245	2.257.576
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(353.824)	(421.407)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(466.005)	(434.124)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.725.416	1.402.045
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	27.703	29.548
Investimentos	5.496	82
Imobilizado	17.567	10.498
Intangível	4.640	18.968
Pagamento pela compra:	(54.160)	(133.971)
Imobilizado	(26.046)	(48.950)
Intangível	(28.114)	(85.021)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(26.457)	(104.423)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.682.355)	(1.397.340)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.682.355)	(1.397.340)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.604	(99.718)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.098	114.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.702	15.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

continua →☆

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota
Circulante		6.852.242	6.464.916	Circulante	
Disponível		142	60	Contas a pagar	
Caixa e bancos	5	142	60	Obrigações a pagar	14
Equivalentes de caixa	5	31.560	15.038	Impostos e encargos sociais a recolher	
Aplicações	6	3.864.131	3.424.294	Encargos trabalhistas	
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.420.331	1.586.853	Impostos e contribuições	15
Prêmios a receber	8	1.282.087	1.419.276	Débitos de operações com seguros e resseguros	
Operações com seguradoras		296	6.166	Prêmios a restituir	
Operações com resseguradoras	9a	137.948	161.411	Operações com seguradoras	
Outros créditos operacionais	10	190.640	174.433	Operações com resseguradoras	9b
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	503.722	464.747	Corretores de seguros e resseguros	16
Títulos e créditos a receber		106.280	64.955	Outros débitos operacionais	17
Títulos e créditos a receber	11a	34.512	2.047	Depósitos de terceiros	18
Créditos tributários e previdenciários	26b	48.565	43.123	Provisões técnicas - seguros	19
Outros créditos	11b	23.203	19.785	Danos	
Outros valores e bens		452	534	Pessoas	
Bens à venda		154	134	Vida	
Outros valores		298	400	Passivo não circulante	
Despesas antecipadas		10.466	12.717	Contas a pagar	
Custos de aquisição diferidos	19	724.518	721.285	Tributos diferidos	26b
Seguros		724.518	721.285	Provisões técnicas - seguros	19
Ativo não circulante		5.251.602	5.550.780	Danos	
Realizável a longo prazo		5.033.186	5.317.830	Pessoas	
Aplicações	6	1.998.174	2.241.066	Vida	
Créditos das operações com seguros e resseguros		974.827	1.103.527	Outros débitos	
Prêmios a receber	8	974.827	1.103.527	Provisões judiciais	23
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	47.006	50.901	Patrimônio líquido	24
Títulos e créditos a receber		1.118.673	1.050.341	Capital social	
Créditos tributários e previdenciários	26b	220.295	199.232	Reservas de lucros	
Depósitos judiciais e fiscais	23	898.378	851.109	Ajustes com títulos e valores mobiliários	
Custos de aquisição diferidos	19	894.506	871.995		
Seguros		894.506	871.995		
Investimento		911	6.407		
Participações societárias		906	6.402		
Outros investimentos		5	5		
Imobilizado	12	79.371	86.041		
Imóveis de uso próprio		780	951		
Bens móveis		51.235	37.264		
Outras imobilizações		27.356	47.826		
Intangível	13	138.134	140.502		
Outros intangíveis		138.134	140.502		
Total do ativo		12.103.844	12.015.696	Total do passivo e patrimônio líquido	12.103.844 12.015.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	655.745	131.149	741.572	(31.270)	-	1.497.196
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	27.026	-	27.026
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 28 de abril de 2016	-	-	(356.000)	-	-	(356.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	(274.000)	-	-	(274.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	(111.572)	-	-	(111.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.615.159	1.615.159
Distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	(10.528)	(10.528)	
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	(42.000)	(42.000)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 22 de agosto de 2016	-	-	-	(137.500)	(137.500)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 26 de setembro de 2016	-	-	-	(205.400)	(205.400)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de novembro de 2016	-	-	-	(107.700)	(107.700)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	(129.700)	(129.700)	
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	(34.400)	(34.400)	
Reserva de investimentos	-	-	947.931	(947.931)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	655.745	131.149	947.931	(4.244)	-	1.730.581
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	15.274	-	15.274
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	(424.000)	-	-	(424.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	(150.100)	-	-	(150.100)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 03 de abril de 2017	-	-	(98.000)	-	-	(98.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	(128.700)	-	-	(128.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(147.131)	-	-	(147.131)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.500.850	1.500.850
Diistribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	(21.269)	(21.269)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	-	(56.900)	(56.900)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	-	(51.900)	(51.900)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	(228.700)	(228.700)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	-	(128.100)	(128.100)	
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 01 de outubro de 2017	-	-	-	(56.000)	(56.000)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	-	(178.700)	(178.700)	
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(9.100)	(9.100)	
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(14.300)	(14.300)	
Reserva de investimentos	-	-	755.881	(755.881)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	655.745	131.149	755.881	11.030	-	1.553.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



→☆continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em

Região geográfica		Bruto de resseguro (*)							
		2017							
		Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste		671.177	10%	791.345	12%	33.532	0%	1.496.054	22%
Nordeste		731.301	11%	212.872	3%	44.756	1%	988.929	15%
Norte		227.816	3%	123.237	2%	11.796	0%	362.849	5%
Sudeste		1.491.359	22%	609.044	9%	106.824	2%	2.207.227	33%
Sul		735.415	11%	909.048	13%	45.453	1%	1.689.916	25%
Total		3.857.068	57%	2.645.546	39%	242.361	4%	6.744.975	100%
Região geográfica		Bruto de resseguro (*)							
		2016							
		Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste		669.809	10%	648.312	10%	28.528	0%	1.346.649	20%
Nordeste		677.119	11%	193.251	3%	37.489	1%	907.859	15%
Norte		236.851	4%	104.528	2%	10.648	0%	352.027	6%
Sudeste		1.509.761	24%	572.344	9%	102.292	2%	2.184.397	35%
Sul		731.356	11%	826.097	12%	42.281	1%	1.599.734	24%
Total		3.824.896	60%	2.344.532	36%	221.238	4%	6.390.666	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 59.700 e R\$ 115.741 (R\$ 53.601 e R\$ 179.561 em 31 de dezembro de 2016).

(**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ (20.193) (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2016).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

a) Provisões técnicas: *i.* Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. *ii.* Provisão Complementar de Cobertura (PCC) (a2): para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas:

Tábua de mortalidade Aumento de 5%
Taxa de desconto Redução de 1%

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco		2017		Impacto no resultado/PL (bruto de impostos)	
Total		Sensibilidade			
a. Provisões técnicas		Alteração das principais premissas das provisões técnicas			
a1. IBNR		Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(183.036)	
a2. PCC		Aumento	Agravo de 5% na tábua de mortalidade	(16.918)	
		Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(34.870)	
b. Sinistralidade		Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(131.248)	
				(73.454)	

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos massificados. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating (*)		2017		2016	
Local		Admitida		Total	
A		7.544		157.217	
A-		646.213		607.088	
Total		653.757		611.574	

(*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ (20.193) (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2016).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias

constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “*Value at Risk*” (*VaR*), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica		Líquido de resseguro (**)							
		2017							
		Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste		671.119	11%	507.777	9%	32.363	0%	1.211.259	20%
Nordeste		731.244	12%	147.431	2%	43.002	1%	921.677	15%
Norte		227.800	5%	95.381	1%	11.341	0%	334.522	6%
Sudeste		1.484.821	25%	477.998	8%	97.578	2%	2.060.397	35%
Sul		735.349	12%	634.673	11%	43.668	1%	1.413.690	24%
Total		3.850.333	65%	1.863.260	31%	227.952	4%	5.941.545	100%
Região geográfica		Líquido de resseguro (**)							
		2016							
		Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste		669.003	12%	403.357	7%	26.515	0%	1.098.875	19%
Nordeste		676.940	12%	131.369	2%	34.394	1%	842.703	15%
Norte		236.812	4%	80.293	1%	9.818	0%	326.923	5%
Sudeste		1.505.254	27%	435.403	8%	92.407	2%	2.033.064	37%
Sul		731.159	13%	576.210	10%	38.930	1%	1.346.299	24%
Total		3.819.168	68%	1.626.632	28%	202.064	4%	5.647.864	100%

avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor’s*, *AM Best* e *Moody’s*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo “A” para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ativos financeiros - rating		2017		2016	
Títulos de renda fixa públicos (*)		AAA	AA+	AA	AA-
Debêntures		43.497	6.729	5.044	5.769.477
Letras financeiras		2.405	—	5.044	125.112
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo		15.060	—	—	—
Total		60.962	6.729	5.044	5.769.477

Ativos financeiros - rating		2017		2016	
Títulos de renda fixa públicos (*)		AAA	AA+	AA	AA-
Debêntures		43.360	10.160	—	38.657
Notas promissórias		—	2.651	—	—
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo		49.243	—	—	—
Total		92.603	12.811	—	5.516.452

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 2.794.969 (R\$ 2.382.806 em 31 de dezembro de 2016) com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor’s* e *Moody’s*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress*, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

→☆continua



continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2017 Total
Disponível	142	—	—	142
Equivalentes de caixa	31.560	—	—	31.560
Aplicações (*)/(****)	3.461.922	1.635.088	434.788	5.531.798
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.420.331	974.827	—	2.395.158
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	229.672	278.491	42.565	550.728
Outros créditos operacionais	190.640	—	—	190.640
Títulos e créditos a receber (**)	57.715	—	—	57.715
Outros valores e bens	452	—	—	452
Despesas antecipadas	10.466	—	—	10.466
Custos de aquisição diferidos	724.518	894.506	—	1.619.024
Total do ativo	6.127.418	3.782.912	477.353	10.387.683
Provisões técnicas *)/(****)	2.794.302	3.625.943	1.102.746	7.522.991
Contas a pagar	596.310	9.024	—	605.334
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.374.987	—	—	1.374.987
Depósitos de terceiros	20.474	—	—	20.474
Total do passivo	4.786.073	3.634.967	1.102.746	9.523.786

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2016 Total
Disponível	60	—	—	60
Equivalentes de caixa	15.038	—	—	15.038
Aplicações *)/(****)	2.925.783	1.395.980	1.040.916	5.362.679
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.586.853	1.103.527	—	2.690.380
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	219.951	263.623	32.074	515.648
Outros créditos operacionais	174.433	—	—	174.433
Títulos e créditos a receber (**)	21.832	—	—	21.832
Outros valores e bens	534	—	—	534
Despesas antecipadas	12.717	—	—	12.717
Custos de aquisição diferidos	721.285	871.995	—	1.593.280
Total do ativo	5.678.486	3.635.125	1.072.990	10.386.601
Provisões técnicas *)/(****)	2.853.333	3.558.412	949.761	7.361.506
Contas a pagar	648.582	—	—	648.582
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.289.516	—	—	1.289.516
Depósitos de terceiros	67.393	—	—	67.393
Total do passivo	4.858.824	3.558.412	949.761	9.366.997

(*) Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 330.507 (R\$ 302.681 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 330.288 (R\$ 302.614 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (**) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e provisões judiciais, respectivamente, no valor de R\$ 898.378 (R\$ 851.109 em 31 de dezembro de 2016), e R\$ 695.965 (R\$ 615.504 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 268.860 (R\$ 242.355 em 31 de dezembro de 2016) também não foram classificados no quadro acima. (****) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada no padrão de pagamento. (****) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo

Liquidez

Rentabilidade

VaR

Patrimônio

—

3.001.884

33

357.104

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,21 anos (2,09 em 31 de dezembro de 2016) frente a um patrimônio de R\$ 2.777.000 (2.432.025 em 31 de dezembro de 2016) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 5.862.305 (R\$ 5.665.360 em 31 de dezembro de 2016) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 330.507 (R\$ 302.681 em 31 de dezembro de 2016) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 5.531.798 (R\$ 5.362.679 em 31 de dezembro de 2016). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

<

—☆ continuação															
Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43															
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)															
e) Movimentação das aplicações financeiras															
	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 2017	2017	2016						
Valor justo por meio do resultado	3.020.162	5.113.206	(5.074.090)	—	—	286.557	3.345.835	352.981	349.896						
Disponíveis para venda	1.146.115	277.321	(354.217)	27.770	(1.294)	103.121	1.198.816	127.725	98.406						
Mantidos até o vencimento	1.499.083	—	(291.599)	—	—	110.170	1.317.654	40.771	40.502						
Total	5.665.360	5.390.527	(5.719.906)	27.770	(1.294)	499.848	5.862.305	26.216	9.896						
	Saldo em 2015	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 2016	2017	2016						
Valor justo por meio do resultado	1.559.327	6.143.976	(4.962.913)	—	—	279.772	3.020.162	566.939	424.379						
Disponíveis para venda	1.941.558	1.359.681	(2.417.123)	49.138	(11.550)	224.411	1.146.115	(140.488)	(74.641)						
Mantidos até o vencimento	1.573.554	—	(232.941)	—	—	158.470	1.499.083	426.451	349.738						
Total	5.074.439	7.503.657	(7.612.977)	49.138	(11.550)	662.653	5.665.360								
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS															
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:															
							2017								
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar			Vencimento								
DI FUT (LTN)	(850)	85.000	84.955	—			Até 180 dias								
DI FUT (LTN)	(500)	50.000	48.414	(4)			Entre 180 e 360 dias								
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	8.058	—			Até 180 dias								
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	7.403	(2)			Acima de 360 dias								
DI FUT (LTN)	(36)	3.628	3.105	(2)			Acima de 360 dias								
DI FUT (LTN)	(4)	403	377	—			Entre 180 e 360 dias								
Total	(1.552)	155.155	152.312	(8)											
							2016								
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar			Vencimento								
DI FUT (LTN)	(1.075)	107.500	107.391	—			0 a 30 dias								
DI FUT (LTN)	(850)	85.000	76.239	6			Acima de 360 dias								
DI FUT (LTN)	(500)	50.000	42.705	4			Acima de 360 dias								
DI FUT (LTN)	(36)	3.628	3.254	(1)			Acima de 360 dias								
DI FUT (LTN)	(16)	1.612	1.309	—			Acima de 360 dias								
DI FUT (LTN)	(16)	1.612	1.174	(2)			Acima de 360 dias								
Total	(2.493)	249.352	232.072	7											
8. PRÊMIOS A RECEBER															
a) Prêmios por segmento															
							2017								
Ramos agrupados	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido									
Prestamista	1.461.348	(19.145)	1.442.203	1.714.404	(2.872)	1.711.532									
Vida individual	189.322	(6.815)	182.507	123.137	(12)	123.125									
Seguro de vida do produtor rural	155.583	(1.216)	154.367	114.968	(104)	114.864									
Vida em grupo	151.396	(12.086)	139.310	166.237	(7.588)	158.649									
Seguro agrícola com cobertura do FESR	100.952	(5.657)	95.295	191.792	(1.361)	190.431									
Demais ramos	258.984	(15.752)	243.232	230.317	(6.115)	224.202									
Total	2.317.585	(60.671)	2.256.914	2.540.855	(18.052)	2.522.803									
(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3d ii															
b) Movimentação de prêmios a receber															
Saldo inicial							2017	2016							
(+) Prêmios emitidos							2.522.803	2.749.764							
(+) IOF							9.322.085	9.194.952							
(+) Adicional de fracionamento							(636)	(1.281)							
(-) Prêmios cancelados							(146)	(37)							
(-) Recebimentos							(2.439.052)	(2.078.939)							
(Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável							(7.150.521)	(7.383.738)							
Saldo final							(42.619)	42.082							
c) Composição por prazo de vencimento							2.256.914	2.522.803							
A vencer até 30 dias							580.877	570.178							
A vencer de 31 a 60 dias							106.911	116.936							
A vencer de 61 a 120 dias							127.043	140.631							
A vencer de 121 a 180 dias							115.220	134.314							
A vencer de 181 a 365 dias							229.346	281.199							
A vencer acima de 365 dias							967.384	1.103.527							
Total a vencer							2.126.781	2.346.785							
Vencidos até 30 dias							109.810	77.108							
Vencidos de 31 a 60 dias							14.371	14.946							
Vencidos de 61 a 120 dias							5.028	58.613							
Vencidos de 121 a 180 dias							419	12.187							
Vencidos de 181 a 365 dias							304	11.564							
Vencidos acima de 365 dias							201	1.600							
Total vencidos							130.133	176.018							
Total							2.256.914	2.522.803							
O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.															
9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO															
a) Ativo															
Recuperação de sinistros							2017	2016							
Outros créditos com ressegurador							138.868	161.411							
Redução ao valor recuperável							10.428	—							
Total							(11.348)	—							
							137.948	161.411							
19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS															
								2017							
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total						
Saldo inicial	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317	541.777	7.664.120						
Constituições	6.539.519	—	—	12.174	57.580	18.812	—	69.112	6.697.197						
Diferimento pelo risco decorrido	(6.461.737)	—	—	—	—	—	—	—	(6.461.737)						
Aviso de sinistros	—	—	2.555.312	—	—	—	—	—	2.555.312						
Pagamento de sinistros	—	—	(1.857.464)	—	—	(4.203)	—	—	(1.861.667)						
Ajuste de estimativa de sinistros	—	—	(700.784)	—	—	—	—	—	(700.784)						
Atualização monetária e juros	—	—	(22.310)	—	—	—	—	—	(22.310)						
Reversões	—	(1)	—	—	—	—	(16.851)	—	(16.852)						
Saldo final	5.370.586	462	1.351.893	(142.182)	613.414	43.751	4.466	610.889	7.853.279						
								2016							
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total						
Saldo inicial	5.552.444	463	1.192.353	(64.712)	409.302	32.033	62.987	446.238	7.631.108						
Constituições	9.742.763	—	—	—	146.532	—	—	95.539	9.984.834						
Diferimento pelo risco decorrido	(10.002.403)	—	—	—	—	—	—	—	(10.002.403)						
Aviso de sinistros	—	—	3.041.273	—	—	—	—	—	3.041.273						
Pagamento de sinistros	—	—	(2.340.246)	—	—	—	—	—	(2.340.246)						
Ajuste de estimativa de sinistros	—	—	(593.978)	—	—	—	—	—	(593.978)						
Atualização monetária e juros	—	—	77.737	—	—	—	—	—	77.737						
Reversões	—	—	—	(89.644)	—	(2.891)	(41.670)	—	(134.205)						
Saldo final	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317	541.777	7.664.120						
								2017							
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de excedentes - de técnicos - PET	Total						
Saldo inicial	359.793	—	123.170	(24.764)	40.502	2.139	14.808	—	515.648						
Constituições	728.537	—	—	6.403	270	896	—	—	736.106						
Diferimento pelo risco decorrido	(709.135)	—	—	—	—	—	—	—	(709.135)						
Aviso de sinistros	—	—	846.079	—	—	—	—	—	846.079						
Pagamento de sinistros	—	—	(585.626)	—	—	—	—	—	(585.626)						
Ajuste de estimativa de sinistros	—	—	(237.908)	—	—	—	—	—	(237.908)						
Atualização monetária e juros	—	—	372	—	—	—	—	—	372						
Reversões	—	—	—	—	—	—	—	(14.808)	(14.808)						
Saldo final	379.195	—	146.087	(18.361)	40.772	3.035	—	—	550.728						
								2017							
continua—☆															



→☆continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

vel ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, aguarda julgamento em primeira instância, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. A probabilidade de perda é classificada como possível. **Nota (5) Contribuições Previdenciárias** - discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Aguarda julgamento de Apelação. **Nota (6) IRPJ e CSLL** - autuada em razão de pagamento de juros sobre o capital próprio retroativo. De julgamento desfavorável, aguarda julgamento de Recurso Especial. Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos. **Processos administrativos: Trabalhistas** - A Companhia respon- de a processos de natureza trabalhista que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração da Companhia. **Cível** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

b) Movimentação

	2017				2016			
	Fiscais	Traba- lhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Traba- lhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	592.833	927	21.744	615.504	561.410	2.066	70.619	634.095
Constituições/reversões	—	(576)	38.272	37.696	—	(957)	(38.181)	(39.138)
Atualização monetária	24.365	46	31.807	56.218	33.784	196	2.633	36.613
Baixas	—	149	(13.602)	(13.453)	(2.361)	(378)	(13.327)	(16.066)
Saldo final	617.198	546	78.221	695.965	592.833	927	21.744	615.504

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	2017			2016		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	14	1.010.640	617.198	14	905.870	592.833
Provável	4	604.442	604.442	4	580.415	580.415
Possível	10	406.198	12.756	10	325.455	12.418
Trabalhistas	22	8.163	546	23	6.010	927
Provável	11	2.575	546	14	2.677	927
Possível	1	456	—	1	400	—
Remota	10	5.132	—	8	2.933	—
Cíveis	18.034	1.441.671	78.221	19.922	1.326.148	21.744
Provável	2.021	50.105	78.221	1.673	14.996	21.404
Possível	6.473	1.024.886	—	7.766	957.382	340
Remota	9.540	366.680	—	10.483	353.770	—
Total	18.070	2.460.474	695.965	19.959	2.238.028	615.504

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 655.745 (R\$ 655.745 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2016), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionis- tas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionis- tas, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o lími- te de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mí- nimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respei- tando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	674.669	590.828
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	70.300	76.400
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	947.931	741.572
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	1.692.900	1.408.800
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	50%	41%
Distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias	922.461	767.669
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais	770.439	641.131
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	380.763	380.763
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	2,42271	2,01613
Ações preferenciais	2,42271	2,01613

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2015 está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido rema- nescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

e) Ajustes com títulos e valores mobiliários: Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vida em grupo	1.481.812	1.755.605	35,46%	33,56%	44,78%	33,81%
Prestamista	1.281.634	1.471.762	26,47%	30,57%	30,56%	30,33%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	858.144	767.362	48,80%	108,77%	8,73%	7,26%
Seguro de vida do produtor rural	753.787	647.555	14,69%	12,42%	29,17%	29,11%
Penhor rural instituições financeiras						
privadas	679.839	645.724	26,58%	23,64%	10,13%	10,18%
Acidentes pessoais coletivo	483.083	544.548	9,08%	14,25%	32,74%	33,71%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	268.596	257.140	81,56%	67,70%	8,29%	7,63%
Doenças graves ou doença terminal	185.208	207.611	17,46%	20,54%	36,82%	37,52%
Demais ramos	780.689	530.606	25,30%	39,37%	25,86%	14,50%
Total	6.772.792	6.827.913	30,53%	38,22%	27,60%	25,01%

Companhia	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Sede GRUPO	17.777	17.777	56.967	78.380	82.196	273.723	156.940	369.880	18.465
Call Center - Franca	1.372	1.564	5.211	6.886	6.443	10.474	13.026	18.924	96
Call Center - São Carlos	1.327	1.626	3.619	5.302	—	—	4.946	6.928	466
Total	20.476	20.967	65.797	90.568	88.639	284.197	174.912	395.732	19.027
GRUPO SEGURADOR	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
Arrendamento	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Sede GRUPO	46.782	46.782	149.913	206.263	216.306	720.324	413.001	973.369	55.215
Call Center - Franca	3.610	4.115	13.713	18.120	16.956	27.564	34.279	49.799	3.412
Call Center - São Carlos	3.492	4.279	9.523	13.952	—	—	13.015	18.231	4.218
Total	53.884	55.176	173.149	238.335	233.262	747.888	460.295	1.041.399	62.845

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	2.275.177	2.275.177	2.537.878	2.537.878
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(568.770)	(455.035)	(634.445)	(507.575)
Diferenças temporárias	(31.062)	(24.849)	23.882	18.971
Diferenças permanentes	(4.171)	(2.926)	(4.935)	(3.670)
Seguros rurais	209.045	—	173.640	—
Amortização de ágio	26.650	—	29.072	—
Juros sobre o capital próprio	17.575	14.060	19.100	15.280
Deduções incentivadas	18.554	—	17.115	—
Imposto de renda e contribuição social correntes	(332.179)	(468.750)	(376.571)	(476.994)
Constituição/Reversão de crédito tributário	4.412	24.849	(52.954)	(18.971)
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	—	(2.659)	—	2.771
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(327.767)	(446.560)	(429.525)	(493.194)
Alíquota efetiva (%)	14%	20%	17%	19%

b) Créditos tributários e previdenciários	2016	Constituições	Reversões	2017
	Ativo			
PIS COFINS sobre PSL/IBNR	42.816	55.401	(52.641)	45.576
Tributos retidos na fonte	307	3.315	(633)	2.989
Total circulante	43.123	58.716	(53.274)	48.565
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	106.688	9.771	(10.930)	105.529
Contingências cíveis	8.698	36.621	(14.030)	31.289
Provisão para riscos de crédito	14.875	1.167.671	(1.140.859)	41.687
Provisão para participação nos lucros	3.444	102.111	(100.575)	4.980
Contingências trabalhistas	371	39	(191)	219
Outras provisões	1.602	60.284	(56.660)	5.226
Ajustes de títulos a valor justo TVM	3.473	3.641	(7.114)	—
Tributos diferidos sobre ágio	26.650	14.536	(41.186)	—
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	33.431	36.883	(38.949)	31.365
Total não circulante	199.232	1.431.557	(1.410.494)	220.295
Passivo	2016	Constituições	Reversões	2017
Diferenças temporárias:				
Ajuste de títulos a valor de mercado	—	152.317	(143.293)	9.024
Total não circulante	—	152.317	(143.293)	9.024

continua→☆



→☆ continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

DIRETORIA

Fernando Barbosa de Oliveira
Diretor Presidente
Luis Gutiérrez Mateo
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Camilo Buzzi
Carlos Alberto Landim
Cynthia Betti Rodrigues Qualharello

Enrique De La Torre Velasco
Leonardo Giuberti Mattedi
Luis Felipe Lebert Cozac

Maurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

Pedra Cheirosa II Energia S.A.

CNPJ nº 10.883.587/0001-88 - NIRE 35.300.482.531

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 17/01/2018

Data, Horário e Local: 17/01/2018, às 12h10, na sede social da **Companhia**. **Convocação e presenças:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Alessandro Gregori Filho, Presidente, Rafael Ferreira Fumelli Monti, Secretário. **Deliberações:** Aprovar: (i) a contratação do financiamento de longo prazo, junto ao BNB, no valor total de até R\$82.000.000,00, com custo anual de até 10,14%, com amortização de até 20 anos; e (b) a contratação do financiamento de longo prazo, junto à SUDENE no valor total de até R\$18.000.000,00, com custo anual de até 7,35%, com amortização de até 20 anos, consistindo o pacote de garantias em: para o BNB: (a) fiança bancária de 100% do valor financiado até a conclusão física e financeira; (b) penhor de todas as ações das SPEs e/ou das subholdings das SPEs; (c) cessão fiduciária de 100% das máquinas e equipamentos do Complexo Eólico; (d) cessão fiduciária dos direitos emergentes das autorizações ANEEL; (e) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos CCVEES; (f) penhor dos direitos creditórios dos contratos relativos à construção dos parques eólicos (incluindo contratos de O&M e arrendamento); (g) cessão fiduciária da Conta de Reserva O&M, que deverá ser composta, por no mínimo, o montante equivalente a 3 vezes o pagamento mensal de O&M; (h) cessão fiduciária da Conta de Reserva no montante de até R\$ 12.000.000,00 (considerando ambas SPEs); e, para a SUDENE: (a) fiança bancária de 100% do valor financiado e durante o prazo integral do financiamento; (b) cessão fiduciária das Contas de Reserva de até R\$3.000.000,00, para ambas SPEs. (ii) Tendo em vista a deliberação acima, os acionistas aprovam e ratificam a assinatura do Contrato de Abertura de Crédito nº 189.2017.310.3912, de 13/11/2017, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A., Pedra Cheirosa I Energia S.A. e CPFL Energias Renováveis S.A., do Contrato de Prestação de Garantias, de 28/12/2017, entre Itaú Unibanco S.A., Pedra Cheirosa I Energia S.A., Pedra Cheirosa II Energia S.A. e CPFL Energias Renováveis S.A., bem como dos demais instrumentos que eventualmente tenham sido assinados pela Diretoria Executiva com vistas à contratação do financiamento ou constituição da estrutura de garantias ora aprovados, autorizando expressamente a assinatura dos contratos de financiamento e dos instrumentos de constituição das garantias que se mostrem adicionalmente necessários à conclusão da contratação conforme aprovada no item i. **Encerramento:** Lavratura desta ata, a qual, foi lida, aprovada e por todos assinada. **Mesa:** Presidente: Alessandro Gregori Filho, Secretário: Rafael Ferreira Fumelli Monti. **Acionistas:** CPFL Energias Renováveis S.A. e SIIF Energies do Brasil Ltda. (p. Gustavo Henrique Santos de Sousa e Alessandro Gregori Filho). São Paulo, 17/01/2018. **JUCESP** nº 71.438/18-0 em 07/02/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Associação dos Proprietários de Imóveis do Condomínio Recanto das Hortênsias

CNPJ em Constituição

Extrato do Estatuto

Denominação: Associação dos Proprietários do Condomínio Recanto das Hortênsias, com sede em Franca/SP à Estrada Franca/Ribeirão Corrente, km-2,5 - Sítio Recanto das Hortênsias - Zona Rural - CEP 14401-000, fundada no dia 13 do mês de novembro de 2017, na cidade de Franca/SP. **Patrimônio da Associação:** constituído de bens móveis e imóveis. **Duração:** a entidade e por tempo indeterminado. **FINS:** a Associação tem por objetivo: Administrar e controlar todas as atividades dos proprietários do Condomínio Brilho do Sol, estabelecendo normas e regulamentos para toda e qualquer tipo de atividade ali desenvolvida seja exercida dentro da legislação aplicada a espécie; a associação não tem fins lucrativos. **Sede:** com sede e foro na cidade de Franca/SP à Estrada Franca/Ribeirão Corrente, km-2,5 - Sítio Recanto das Hortênsias - Zona Rural - CEP 14401-000. **Administração:** a Associação será administrada pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta de seis (06) membros com mandato de dois anos, e três (03) membros do Conselho Fiscal, efetivos e três suplentes, com mandato de dois (2) anos. **Representação:** a Associação será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pelo Diretor-Presidente. **Associados:** a Associação tem limitado número de associados, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. **Estatuto:** o estatuto social somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral especialmente convocada para este fim e pela votação de, pelo menos, dois terços (2/3) dos sócios presentes. **Extinção:** a Associação somente poderá ser extinta por deliberação de Assembleia Geral, em reunião especialmente convocada, mediante a votação correspondente a dois terços (2/3) dos associados presentes. **Destino do Patrimônio:** em caso de extinção, atendido o passivo, o patrimônio será revertido em favor dos proprietários de imóveis integrantes do Condomínio Recanto das Hortênsias. Franca/SP, 13 de novembro de 2017. Presidente.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2018 05:49:44.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27138891] - www.imprensaoficial.com.br

UBS BRASIL BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 18.520.834/0001-93 - NIRE 35.300.454.618

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21.11.2017

Data: 21 de novembro de 2017, às 10 horas. **Local:** Sede social da sociedade localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar/parte, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Representantes da única acionista. **Mesa:** Presidente: Sílvia Brasil Coutinho Secretária: Aline de Menezes Santos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de membro da diretoria, com a fixação de seu honorário e mandato. **Deliberações:** Após amplos debates, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: 1. A eleição, como Diretor, do Sr. **André Cadime de Godói**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro aeronáutico, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador Cédula de Identidade R.G. nº 09490492-7 (IFP-RJ) e inscrito CPF/MF sob o 035.358.257-33. A remuneração do Diretor eleito neste ato será fixada por meio de assembleia geral de acionistas, observada a política de remuneração do banco em consonância com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional. 1.1. O mandato do diretor ora eleito se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2019, quando tanto ele quanto os demais administradores serão reeleitos ou substituídos por novos administradores, conforme o caso. 1.2. O diretor eleito, quando comunicado a respeito, declarou sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado, ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 21 de novembro de 2017. **Assinaturas:** Presidente: Sílvia Brasil Coutinho - Secretária: Aline de Menezes Santos - Acionista: **UBS Brasil Holding Financeira S.A.**, neste ato representada por suas diretoras Sra. Aline de Menezes Santos e Sra. Sílvia Brasil Coutinho. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Acionista: **UBS Brasil Holding Financeira S.A.**, Sílvia Brasil Coutinho; Aline de Menezes Santos. **Presidente:** Sílvia Brasil Coutinho - **Secretária:** Aline de Menezes Santos - Diretor Eleito: André Cadime de Godói. **JUCESP** nº 89.160/18-6 em 21/02/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

RB Capital Companhia de Securitização

Companhia Aberta - CNPJ/MF 02.773.542/0001-22 - NIRE 35.300.157.648

Editais de Segunda Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão

RB Capital Companhia de Securitização ("Emissora"), na qualidade de emissora da 68ª série de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª emissão da Emissora, vêm, em cumprimento à Cláusula 12ª do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, celebrado em 10.03.2014 ("Termo de Securitização"), convocar os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRI, a ser realizada, em 2ª convocação, no dia 28.03.2018, às 10hs, na sede da Emissora, Avenida Faria Lima, 4.440, 11º andar, parte, Itaim Bibi, São Paulo/SP ("Assembleia"), para deliberação acerca (i) da aprovação dos assessores legais para representar o interesse dos investidores dos CRI em razão do vencimento antecipado dos CRI, bem como no procedimento arbitral nº 137/2017/SEC5 instaurado por Via Engenharia S.A. contra a Emissora e Domus Companhia Hipotecária, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá; e (ii) da proposta formulada pela Devedora, datada de 26.01.2018, pela qual a Devedora se propõe a desistir do procedimento arbitral, caso, após pagamento da Carta de Fiança pelo Itaú BBA, lhe seja outorgada quitação em relação às obrigações por ela assumidas no Contrato de Financiamento. Poderão tomar parte na Assembleia: (a) os Titulares de CRI, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares de CRI; e (b) os procuradores dos Titulares de CRI, com poderes específicos para representação na Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. Os Titulares de CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia, nas instalações da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, Salas 302, 303 e 304, no Rio de Janeiro/RJ, com, pelo menos, 24hs de antecedência da referida Assembleia e também por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 28.02.2018. **RB Capital Companhia de Securitização**

FUSAM - Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava

CNPJ: 50.453.703/0001-43

HOMOLOGAÇÃO

A FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, através de seu Presidente, Sr. Celso Viviani Alves, HOMOLOGA os seguintes processos:

Processo nº 011/2018 - Pregão nº 004/2018, SRP nº 003/2018, ADJUDICANDO o objeto **Aquisição de Medicamentos** às empresas: **Crismed Comercial Hospitalar Ltda.** - vencedora dos itens: 10, 11, 13, 21, 35, 44, 61, 62, 67, 72, 77, 88, 100, 111, 113, 145, 161 e 166 - no valor global de R\$ 109.075,20, **Aglon Comércio e Representações Ltda.** - vencedora do item 43 - no valor global de R\$ 27.990,00, **Centrovale Soluções para Saúde Eireli** - vencedora dos itens: 04, 05, 29, 34, 50, 57, 65, 71, 79, 87, 91, 99, 109, 120, 122, 126, 129, 138, 140, 143, 151 e 152 - no valor global de R\$ 64.758,90, **Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.** - vencedora dos itens: 18, 28, 30, 37, 39, 40, 46, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 69, 73, 74, 75, 82, 83, 84, 85, 94, 98, 105, 112, 114, 117, 118, 119, 127, 128, 130, 131, 135, 141, 142, 144, 146, 149, 158, 160 e 162 - no valor global de R\$ 98.168,02 e **Dupatri Hospitalar Comércio de Importação e Exportação Ltda.** - vencedora dos itens: 14, 25, 64, 107, 108, 136 e 157 - no valor global de R\$ 85.786,58, **salientando que os itens:** 01, 02, 03, 06, 07, 08, 09, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 31, 32, 33, 36, 38, 41, 42, 45, 47, 51, 53, 58, 59, 60, 63, 66, 68, 70, 76, 78, 80, 81, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 106, 110, 121, 123, 124, 125, 132, 133, 134, 137, 139, 147, 148, 150, 153, 155, 156, 159, 165, 167 e 168 não foram cotados, **já os itens:** 22, 115, 116, 154, 163 e 164 ficaram acima do valor estimado pela Fusam;

Processo nº 234/2017 - Pregão nº 073/2017, SRP nº 052/2017, ADJUDICANDO o objeto **Aquisição de Papel Termossensível para Impressora Térmica** à empresa **Medimport Comércio de Produtos Hospitalares Eireli** - EPP vencedora do item 01 - no valor global de R\$ 12.700,00;

Processo nº 247/2017 - Pregão nº 076/2017, SRP nº 055/2017, ADJUDICANDO o objeto **Aquisição de Material de Expediente** à empresa **Fabício de Ramos & Cia. Ltda. EPP** - vencedora dos itens: 01 e 02 - no valor global de R\$ 17.265,00, tendo em vista a classificação apresentada pela Comissão Permanente de Licitação. Caçapava, 28/02/2018.

Arlon Agribusiness Logistics Solution Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF 25.355.333/0001-64 - NIRE 35.300.494.091

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/01/18

Aos 25/01/18, às 10 hs, na sede, com a totalidade. **Mesa:** Presidente - Charles Benjamin Conner; Secretário - Bruno Martins Silva. **Deliberações:** 1. Nos termos do Artigo 3.3.1(iii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Desenvolvimento de Software sob Demanda e Outras Avenças (item 4, "i") na quantia de 15 parcelas de R\$75.600,00, iniciando-se em 11/11/17 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; 2. Nos termos do Artigo 3.3.1(iii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria por prazo indeterminado (item 4, "ii"), no valor de R\$13.350,00 por mês; 3. Nos termos do Artigo 3.3.1(iii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria por prazo indeterminado (item 4, "iii"), no valor de R\$22.000,00 por mês; 4. Nos termos do Artigo 3.3.1(iii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria headhunter (item 4, "iv"), no valor de R\$72.316,80, a ser pago em 2 parcelas; 5. Nos termos do Artigo 3.3.1(iii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria por prazo indeterminado (item 4, "v"), no valor de R\$25.000,00 por mês; 6. Nos termos do Artigo 3.3.1(i) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a aquisição de Ativos e Outras Avenças da M3 Transportes Rodoviários Ltda., nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças (item 4, "vi"), no valor de R\$4.200.000,00, que serão pagos da seguinte forma: (a) R\$2.000.000,00, mediante transferência bancária de fundos imediatamente disponíveis (TED), à vista, (b) R\$500.000,00, mediante transferência bancária de fundos imediatamente disponíveis (TED), no nonagésimo dia a contar da assinatura do contrato, (c) R\$500.000,00, mediante transferência bancária de fundos imediatamente disponíveis (TED), na data do primeiro aniversário da assinatura do contrato, (d) até R\$1.200.000,00, mediante transferência bancária de fundos imediatamente disponíveis (TED), após 2 anos a contar da data da assinatura do contrato de acordo com as condições de performance no período acumulado destes 2 anos. Nada mais. SP, 25/01/18. Jucesp nº 87.647/18-7 em 20/02/2018.